



**Parecer nº 676/2022 – CGM**

**PROCESSO Nº 9/2021-00026**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**OBJETO:** Contratação de serviço de transporte de 04(quatro) veículos com motorista, sendo: 01 (um) veículo utilitário leve, 01 (um) veículo utilitário caminhonete, 01 (um) veículo utilitário tipo van, 01 (um) veículo ônibus para atender as atividades do calendário cultural e desportivo Municipal.

**TERMO ADITIVO:** 1º TA – Renovação por igual período e valor

**VALOR:** R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.133.

**REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer - SECULT.

**CONTRATADA:** PARAGOMINAS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ME.

**1. PRELIMINAR**

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

*"Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.*

*§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."*

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

*"Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**

Rua do Contorno, 1212 – Centro – CEP: 68625-970 – Tel.: (91) 3729-8037 / 8038 / 8001 / 8002 / 8003 / 8004 / 8005 / 8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – Paragominas – PA

CONTROLADORIA: controladoria@paragominas.pa.gov.br



- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;*  
*III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;*  
*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*  
*V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;*  
*VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;*  
*VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."*

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

## **2. RELATÓRIO**

Trata-se formalização de 1º TA referente a renovação contratual por igual período e valor do processo de Pregão eletrônico nº 9/2021-00026 do tipo menor preço por item, cujo objeto é a contratação de serviço de transporte de 04(quatro) veículos com motorista, sendo: 01 (um) veículo utilitário leve, 01 (um) veículo utilitário caminhonete, 01 (um) veículo utilitário tipo van, 01 (um) veículo ônibus para atender as atividades do calendário cultural e desportivo Municipal, com vigência de 12 meses a contar da contratação.

O Valor do Processo será R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.133.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados, em 01 (Um) volume, foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 31/08/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício SECULT/DEPLAC Nº 1032/2022;
- II. Ofício SECULT/DEPLAC Nº 1034/2022;
- III. Justificativa;
- IV. Documentos da Empresa;
- V. Cópia do Contrato nº 1162/2021;
- VI. Solicitação de Dotação Orçamentária;
- VII. Encaminhamento de Dotação Orçamentária;
- VIII. Minuta do 1º TA;
- IX. Encaminhamento de Parecer Jurídico;
- X. Parecer Jurídico nº 492/2022-SEJUR/PMP;

XI. Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno;

É o necessário a relatar. Ao opinativo.



### 3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do contrato administrativo devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa a ser contratada.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos que amparam a celebração do Contrato.

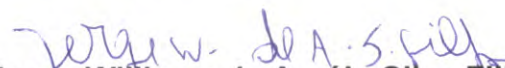
Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

### 4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade formalização de 1º TA referente a renovação contratual por igual período e valor do processo de Pregão eletrônico nº 9/2021-00026 do tipo menor preço por item, cujo objeto é a contratação de serviço de transporte de 04(quatro) veículos com motorista, sendo: 01 (um) veículo utilitário leve, 01 (um) veículo utilitário caminhonete, 01 (um) veículo utilitário tipo van, 01 (um) veículo ônibus para atender as atividades do calendário cultural e desportivo Municipal, com vigência de 12 meses a contar da contratação, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 16 de setembro de 2022.

  
**Jorge Williams de Araújo Silva Filho**  
Controladoria Geral do Município

*Jorge Williams de Araújo Silva Filho  
Controladoria Geral do Município  
Prefeitura Municipal de Paragominas*